

OS REFLEXOS DA CRISE DA LAVOURA CACAUEIRA NOS ECOSISTEMAS DE MANGUEZAL DO MUNICÍPIO DE ILHÉUS, BAHIA

Patrick Thomaz de Aquino Martins

Mestrando em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – UFS,
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo, Cidade Universitária
Prof. José Aloísio de Campos, CEP 49.100-000 – São Cristóvão – SE.
patrick_thomaz@yahoo.com.br

RESUMO

A presente comunicação tem como objetivo identificar como a economia baseada na monocultura do cacau colaborou para a construção do espaço geográfico e seus reflexos sobre os ecossistemas de mangue do município de Ilhéus, enfatizando, sobretudo, o momento de crise pelo qual essa cultura passou ao longo das décadas. Foram observadas a base econômica agrária desde o período colonial, a ascensão e decadência da economia baseada na cacauicultura e a relação desse processo com a ofensiva sobre os manguezais. Os problemas gerados pela crise cacaueteira representam em primeira ordem uma questão de cunho social, por isso, as ações para mitigar essas dificuldades devem ser norteadas para esse fim. O constante ganho de território sobre os manguezais dificilmente será interrompido nos próximos anos, o cumprimento da legislação, o planejamento urbano, e a sensibilização coletiva poderiam mitigar, ou mesmo cessar, a transformação desse espaço.

Palavras-chave: antropização; manguezal, sociedade x natureza.

THE CONSEQUENCES OF THE COCOA'S PLANTATIONS CRISIS IN THE MANGROVES ECOSYSTEMS IN THE COUNTY OF ILHÉUS, BAHIA

ABSTRACT

The objective of the present communication is to identify how the economy which is based on the cocoa's monoculture collaborated for the construction of the geo-

graphic space and its consequences on the county of Ilhéu's mangrove ecosystems, emphasizing, over all, the crisis moment which this culture have faced throughout the last decades. In this study it was observed, mainly: the rural economic basis of the county/regional since the colonial period; the economy's ascension and decay based on the cocoa culture; and the relation of this process to the offensive over the mangroves areas. The problems generated by the cocoa crisis represent in first place a social question, hence, the actions to mitigate these difficulties must be urgently taken. The constant occupation of mangrove's territory hardly will be interrupted in the next years. The legislation's fulfilment, the urban planning, and the collective sensitization could mitigate, or even cease, the transformation of this space.

Keywords: anthropic, mangrove, society x nature.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo da presente comunicação é identificar a contribuição da crise da monocultura do cacau na construção do espaço geográfico do município de Ilhéus, enfatizando o estabelecimento deste território em áreas de manguezal.

Para tanto, foi necessário observar o desenvolvimento econômico, a partir do período colonial, a ascensão e decadência da economia baseada na cacauicultura e a relação desses processos com a ofensiva sobre os manguezais. O entendimento dessa dinâmica torna-se de fundamental importância para o estudo da paisagem atual, esta entendida como "um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza e entre a natureza-natureza" (SANTOS, 2002, p.103).

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DO PERÍODO COLONIAL

O município de Ilhéus, litoral sul da Bahia, teve na cana-de-açúcar (*Sacharum officinarum*) o primeiro produto de importância econômica. Durante uma década, na metade do século XVI, de oito a nove engenhos chegaram a estar em atividade, utilizando mão-de-obra escrava indígena. Esse momento colaborou para um intenso movimento de ocupação e povoamento, pois colonos do reino e de outras partes do Brasil migraram para Ilhéus (COELHO FILHO, 2000).

Segundo Barbosa (2003), além do cultivo da cana-de-açúcar, alguns poucos produtos de subsistência eram plantados, como arroz, milho, feijão e mandioca, além do algodão. A exploração da cana-de-açúcar era do tipo plantation, grande propriedade, escravista, monocultora e exportadora. Na sociedade açucareira não havia mobilidade vertical, havendo a elite dominante, representada pelos latifundiários, e proprietários de escravos, formada pelos senhores de engenho, além dos escravos, homens brancos assalariados e pequenos agricultores.

A cultura açucareira entra em decadência quando constantes ataques de índios, tupiniquins e tupinambás, eclodem uma grande batalha, havendo centenas de mortes indígenas e destruição de todos os engenhos. Além dessa guerra, outro empecilho encontrado pelos colonizadores interessados em cultivar cana-de-açúcar na Capitania de Ilhéus, foi a epidemia de varíola que afetou grande parte dos índios. Deste modo, a mão-de-obra ficou ainda mais escassa. Essa situação fez com que muitos produtores se transferissem para a Baía de Todos os Santos, esvaziando a vila de São Jorge dos Ilhéus bem como as terras produtivas da Capitania.

Após o curto apogeu da cana-de-açúcar, a produção agrícola ficou estagnada por aproximadamente trezentos anos, estancando conseqüentemente a economia da Capitania. Somente nos meados do século do século XVIII, Ilhéus iniciou um novo ciclo econômico, com o do cultivo da monocultura do cacau (*Theobroma cacao*).

OS TEMPOS ÁUREOS DO CACAU

Originário da Bacia Amazônica, o cacau foi trazido para o sul da Bahia pelo colono francês Frederico Warneau, em 1746, encontrando condições climáticas e telúricas excelentes, semelhantes as da região originária (ANDRADE, 2003).

O cacauero começa a dar frutos três anos após seu plantio, fornecendo três ou quatro colheitas anuais. O sistema utilizado para o cultivo do cacau em Ilhéus aproveita as árvores nativas de grande porte para sombreamento do cacauero, método conhecido regionalmente como cabruca. Esse modelo de produção contribuiu para a conservação de grandes extensões da floresta tropical primária.

A elevação da então vila de São Jorge dos Ilhéus à condição de cidade em 1881 e o aumento na produção do cultivo, que alcançou, nove anos após a p denota a importância que o cacau obteve, balizando a economia e influenciando a sociedade.

A elevação à condição de cidade em 1881 confirma o crescimento do cultivo desse produto, alcançando, nove anos após, o status de principal produto do município. De acordo com Alvim e Rosário (1972) já em 1895, 112 mil sacos de cacau eram exportados, chegando a 29 mil toneladas anuais em 1910, tornando Ilhéus um dos maiores produtores de cacau do mundo.

A alta produção originou necessidades que foram prontamente resolvidas pela riqueza proveniente da cacauicultura. Os capitais gerados com a produção do cacau foram responsáveis, em grande parte, pela construção de estradas de ferro, do porto e do aeroporto de Ilhéus, interligando a cidade a rede de comunicações, facilitando o escoamento da produção. Além da infra-estrutura logística, a economia cacaueteira contribuiu na construção da rede de iluminação elétrica e de esgoto, escolas, igrejas, prédios, etc. Mais do que influência econômica, o cacau motivou a geração de uma cultura.

Vinhães (2001) afirma que esse episódio transformou Ilhéus, e toda a região cacaueteira, num verdadeiro “eldorado”, atraindo imigrantes de toda a parte do Brasil. A cidade crescia, tornando-se a mais próspera do interior da Bahia. A população também crescia, tendo um aumento de mais de 700% num período de trinta anos, saltando de 7.629 em 1890 para 63.912 em 1920 (ANDRADE, 2003).

A CRISE DA LAVOURA CACAUEIRA

A riqueza procedente da cultura do cacau despertou o interesse da produção por outros países, o que resultou o aumento da produção mundial, ocasionando a instabilidade do mercado internacional e conseqüente queda nos preços. Mascarenhas (1997) confirma esse processo relatando que no final da década de 70, as altas cotações do cacau, em torno de US\$ 4.000 por tonelada, resulta num aumento recorde da área plantada em nível mundial. Com o superávit, a partir de 1985 os preços decaem numa constante, chegando a ser cotado por cerca de US\$ 800/t. Os baixos preços inviabilizavam a demanda intensiva de mão-de-obra e o uso de tecnologias baseadas em insumos modernos, sobretudo após variações climáticas que passaram a ocorrer sobre a região. Houve abandono de lavouras, aumentando a incidência de pragas e doenças, piorando ainda mais a produtividade. (VIRGENS FILHO et al., 1993).

De acordo com Oliveira e Luz (2005), a “podridão-parda” (*Phytophthora*) permaneceu durante anos como a mais preocupante doença do cacaueteiro, com estimativas de perdas de 20 a 30% da produção anual. Todavia, os autores explicam que,

com o aparecimento da “vassoura-de-bruxa” (*Crinipellis perniciosa*), a “podridão-parda” ficou relegada ao esquecimento, pois a mesma não contava com condições ambientais adequadas. Condições essas extremamente favoráveis à “vassoura-de-bruxa”, a qual se disseminou rapidamente, atingindo proporções epidêmicas, provocando em um curto espaço de tempo sérios problemas econômicos.

A mata atlântica cedeu espaço para as pastagens, alternativa para alguns produtores que não quiseram mais investir no cacau, sendo a madeira vendida, na maioria das vezes, ilegalmente. O resultado foi a dissolução de grande parte da floresta tropical primária, restando somente fragmentos.

A crise da cacauicultura se converteu, sobretudo, no desemprego em massa e endividamento no comércio. Sobre esse aspecto Mascarenhas (1993) afirma que:

Os impactos da crise sobre o setor de produção tem sido significativo. O grande capital agrário regional vem suspendendo suas atividades em lavouras menos lucrativas e transferindo o foco dos investimentos para a pecuária e outras atividades mais remuneradoras. Na pequena produção, além de redução dos tratamentos culturais, abandono de lavouras e venda de propriedades, há um elevado nível de descapitalização e endividamento na cacauicultura (...) as conseqüências do débito tem afetado principalmente os pequenos, dada à indisponibilidade de outras fontes de renda. Ao trabalhador rural restou um quadro de desemprego em massa, um dos maiores da história do cacau (p.5).

Através de um estudo de comunidade-caso, com dados empíricos de unidade produtiva de cacau e em unidades familiares em área urbana, Trevizan e Marques (2003) mostram os expressivos impactos da crise da lavoura cacaueteira na geração de renda, no setor comercial, no desemprego e num conseqüente processo migratório.

A crise eminentemente rural teve influências diretas na zona urbana. Segundo Andrade (2003), mesmo com a economia em crise, a população cresceu em passo acelerado, e os reflexos desse crescimento desordenado começava a atingir os ecossistemas naturais próximos à cidade, sobretudo os manguezais. A cidade crescia ocupando os espaços vazios na zona central, passando a existir bairros sobre o manguezal ora ali existente. O mesmo modelo de expansão prosseguiu nas décadas posteriores, nas direções norte, oeste e sul, incorporando progressivamente novas áreas de manguezal a área urbana.

A OFENSIVA SOBRE OS MANGUEZAIS

O crescimento populacional e urbano em convergência com a crise econômica acarretou elevado desemprego e proliferação da pobreza na cidade. A ocupação do solo urbano não veio acompanhada da urbanização (infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos) necessária a uma boa qualidade de vida.

A conjuntura posta implicou na continuidade das construções sobre os manguezais. Novos impactos negativos surgiram, procedentes, sobretudo, do crescimento urbano desordenado, ocasionando o uso inadequado do solo. Lançamento de efluentes domésticos e industriais, resíduos sólidos, corte e aterro são exemplos de investidas antrópicas sobre o sistema de mangue em Ilhéus.

O manguezal é um ecossistema costeiro, característico de regiões tropicais e subtropicais, situado na interface entre os ambientes terrestre e marinho (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995). Possui uma estrutura que possibilita a manutenção de diversos habitats propícios à proteção contra predadores, reprodução, desova e crescimento de diversas espécies marinhas ou de água doce.

O cenário de crescimento urbano, análogo em cidades litorâneas brasileira, deu amparo a leis de proteção aos manguezais nas mais variadas escalas de poder. Apesar da legislação, os manguezais de Ilhéus continuam sendo ostensivamente impactados. Na sede administrativa do município, quatro rios possuem áreas representativas, nos estuários do Almada, Fundão, Cachoeira e Santana (Figura 1). Os quatro sistemas possuem contato parcial com a malha urbana, facilitando o acesso à expansão territorial da cidade sobre os manguezais.

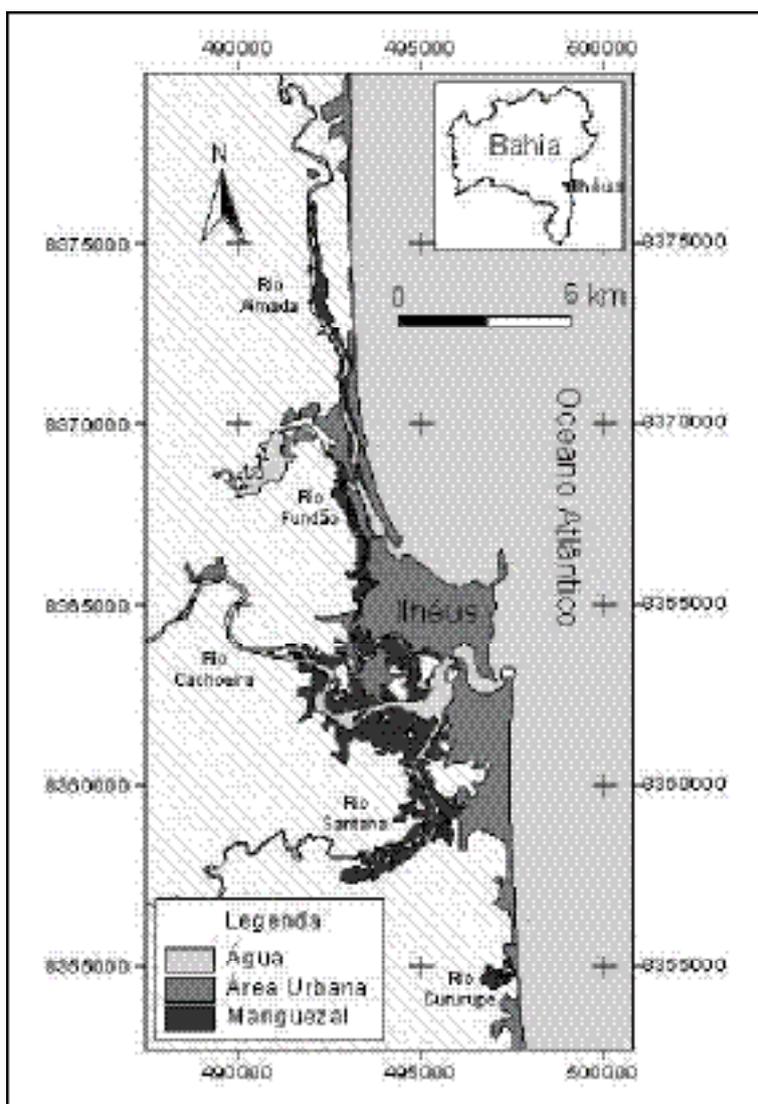


Figura 1 - Sede administrativa do município e sua proximidade com áreas de manguezal. Fonte: Martins & Couto (2007)

Os manguezais do município de Ilhéus, em regra geral, são ocupados inicialmente pelas populações de baixa renda, as quais cortam a vegetação, aterram o substrato e implantam núcleo habitacional (Figura 2), podendo estar associado ao cultivo de pequena roça. Logo, há um adensamento populacional, forçando os órgãos competentes oficializar tal situação. Mesmo que precários, são instalados equipamento e infra-estrutura suficientes ao provimento dos serviços urbanos (Figura 3).

O planejamento desse processo existe de forma excepcional, quando há interesse da pequena fatia populacional das classes média e alta, ou mesmo a ação da especulação imobiliária, numa valorização da qualidade ambiental e paisagística.

A segregação e fragmentação sócio-espacial são refletidas diretamente na relação entre a população e o manguezal adjacente. Enquanto que, em bairros nobres a presença da vegetação é meramente ornamental, nas áreas de habitação popular, há, em vezes, uma dependência desse meio para prover a vida de algumas famílias.

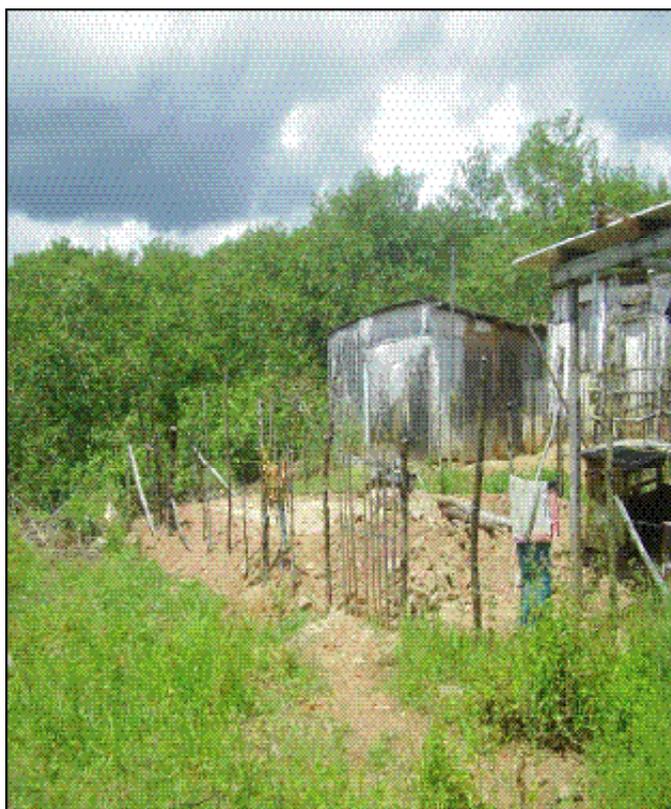


Figura 2 - Início de núcleo residencial de população de baixa renda em áreas de manguezal

Paradoxalmente, a ofensiva sobre os manguezais parte da comunidade que necessita diretamente do bom equilíbrio funcional do sistema. De acordo com Fidelman (1999) os tensores de origem antrópica que interferem no desempenho das funções ecológicas do mangue no perímetro urbano de Ilhéus podem comprometer os recursos naturais da zona costeira, afetando assim, a qualidade de vida da população (Fig. 1).

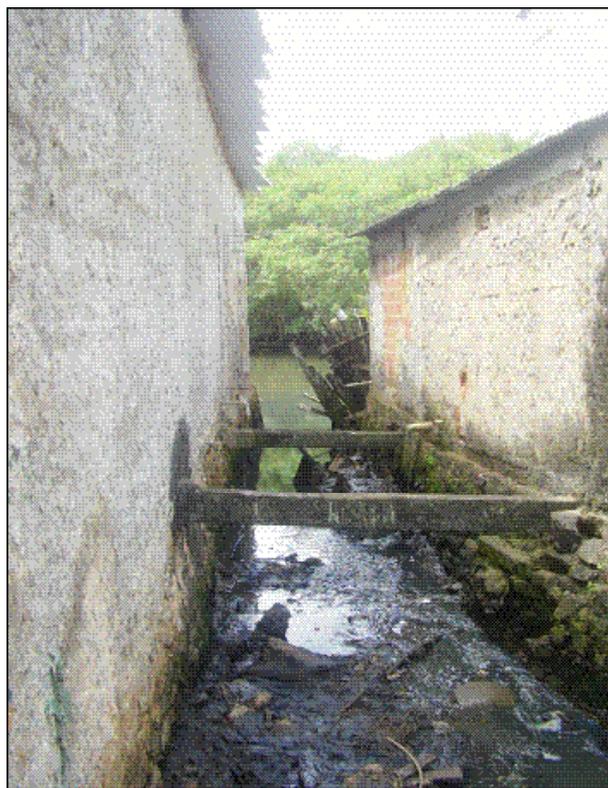


Figura 3 – Baixa infra-estrutura urbana em áreas de mangue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALTERNATIVAS E PERSPECTIVAS

Nos últimos anos tem havido um decréscimo populacional no município de Ilhéus, de forma mais acentuada no meio rural (SEI, 2006). A estagnação econômica, iniciada com a crise da lavoura cacaeira, pode ser ainda hoje a principal responsável pelo processo de urbanização em exercício. Isso acontece devido a não diversificação de seus produtos agrícolas, tendo ainda no cacau seu principal cultivo, mas, sobretudo, na falta de objetividade econômica, se apoiando atualmente na exploração turística.

Contemporaneamente, a lavoura cacaeira recebeu novo fôlego no sentido contrário à crise. Como opção à revitalização, foi adotada a produção de propágulos de clones de cacau. Esse método consiste na seleção genética de variedades resistentes a “vassoura-de-bruxa” e tem tido sucesso na recomposição de cacauzeiros infectados, incentivando novas investidas de produtores na produção do cacau.

Uma outra forma alternativa que tem auxiliado na geração de divisas para a economia ilheense tem sido o turismo. A exploração turística do município tende a valorizar o cacau, suas histórias e estórias, bem como a mata remanescente. Todavia, o turismo rural e o ecoturismo têm amparado diretamente somente os proprietários rurais e empresas exploradoras desse segmento.

O ecoturismo, ou turismo ecológico, se norteia através do uso de forma sustentável do patrimônio natural e cultural, incentivando a conservação, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. Deste modo, os manguezais podem servir como uma ferramenta que os valorizem para o uso nesse segmento de atividade.

A população também passaria a receber reais benefícios a melhores condições de vida, através do estímulo à capacitação de recursos humanos, incentivando e estimulando atividades como veículo de educação ambiental, por exemplo, e na melhoria da infra-estrutura para tais atividades.

Há de se ressaltar que os problemas gerados pela crise cacauceira representam em primeira ordem uma questão de cunho social, por isso, as ações para mitigar essas dificuldades devem ser direcionadas para esse fim. Na medida em que esses forem solucionados, certamente haverá sensibilização e cobrança das comunidades envolvidas no sentido da defesa do patrimônio ambiental.

Apesar da redução populacional ocorrida nos últimos anos, dificilmente ocorrerá a interrupção desse padrão de ocupação territorial nas áreas de mangue do município de Ilhéus. A suspensão dessa transformação somente serão mitigadas, ou mesmo cessadas, a partir do cumprimento da legislação, do planejamento urbano, e da sensibilização coletiva. Enquanto isso não acontece, o município de Ilhéus ganha território, e perde um ecossistema de inestimável valor, o que pode conduzir a mais problemas sociais num futuro próximo.

NOTA

Paper apresentado como parte da avaliação da disciplina Teorias e Técnicas em Geografia Agrária, ministrada pelo Prof. Dr. Celso Donizete Locatel e pela Prof^a. Dr^a. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, oferecida pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGEU/UFES

REFERÊNCIAS

- ALVIM, P. T.; ROSÁRIO, M. **Cacau: ontem e hoje**. Ilhéus: CEPLAC, 1972. 83p.
- ANDRADE, M. P. Ilhéus: **Passado e Presente**. 2. ed. Ilhéus: Editus, 2003.
- BARBOSA, C. R. A. **Notícia Histórica de Ilhéus**. 4. ed. Ilhéus: Correio de Ilhéus, 2003.
- COELHO FILHO, L. W. **A capitania de São Jorge e a década do açúcar (1541-1550)**. Salvador: Vila Velha, 2000. 197 p.
- FIDELMAN, P. I. J. Impactos Ambientais: Manguezais da Zona Urbana de Ilhéus (Bahia, Brasil). In: VIII Congresso Latinoamericano Sobre Ciencias del Mar, Trujillo, Peru. **Anais...** 1999. p. 843-844.
- MARTINS, P. T. A.; COUTO, E. C. G. Distribuição das áreas remanescentes de manguezal do município de Ilhéus (Bahia - Brasil). In: Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar, 12, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: AOCEANO, 2007. CD-ROM.
- MASCARENHAS, G. C. C. **Análise de alguns fatores relevantes a oferta de cacau baiano no período de 1967 a 1993**. 1993. 58p. Monografia (Especialização) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus.
- MASCARENHAS, G. C. C. **Viabilidade mercadológica e financeira da produção de banana na região Ilhéus - Itabuna**. 1997. 191p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- OLIVEIRA, M. L.; LUZ, E. D. M. N. **Identificação e manejo das principais doenças do cacauzeiro no Brasil**. Ilhéus: CEPLAC/CEPEC/SEFIT, 2005. 132p.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Manguezal: Ecossistema entre a terra e o mar**. São Paulo: Caribbebean Ecological Research, 1995. 64 p.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Consulta ao banco de dados**. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/municipio/censo2000_result_amostra/xls/demogra/tx_cres.xls>. Acesso em 25 de jul. 2006.
- TREVIZAN, S. D. P.; MARQUES, M. Impacto Socioeconômicos da Crise do Cacau: Um Estudo de Comunidade-Caso. **Agrotropica**, Ilhéus, BA, v. 14, n. 3, p. 81-92, 2003.
- VINHÁES, J. C. **São Jorge dos Ilhéus: da Capitania ao fim do século XX**. Ilhéus: Editus, 2001. 352 p.
- VIRGENS FILHO, A. C.; SANTOS, A. H. C.; FIGUEROA, G. E. S.; ISENSEE, H. C. F.; SILVA, I. M.; ABREU, J. M.; MELO, J. R. V.; CRUZ, L. P. **A CEPLAC e a crise da lavoura cacauzeira**. Ilhéus: CEPLAC, 1993. 30p.

